

# 7º CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

## SESSÃO DE ABERTURA

### *Rui Petrucci - Comissão Organizadora*

Exma. Senhora Ministra da Educação, Professora Doutora Maria de Lurdes Rodrigues

Exmo. Senhor Presidente do IDP, Professor Doutor Luís Sardinha

Exmo. Senhor Vereador do Desporto da C. M. da Maia, Dr. Manuel dos Santos

Exmo. Senhora Presidente da EUPEA, Professora Doutora Rose-Marie Repond

Exmo. Senhor Presidente da SPEF, Professor Doutor José Alves Diniz

Exmos. Senhores Convidados

Exmos. Senhores Conferencistas

Caros colegas:

Há dezoito anos, precisamente em Novembro de 1988, realizava-se na Figueira da Foz o 1º Congresso Nacional de Educação Física.

A realização desse Congresso, que constitui um marco histórico do Movimento Associativo de Professores de Educação Física no pós 25 de Abril, foi o culminar de um processo de intervenção de várias estruturas associativas que a partir de Abril de 1982, data da criação da primeira Associação de Profissionais em Braga, nasceram e cresceram um pouco por todo o país com o propósito de defender e reforçar os ideais e o património da Educação e da Educação Física.

De então para cá, de três em três anos, o CNAPEF e a SPEF têm organizado, em estreita colaboração, o Congresso Nacional de Educação Física que se tem assumido como o principal fórum de análise e debate dos problemas que afectam a nossa profissão, de perspectivação de soluções e orientações para a nossa acção profissional, um verdadeiro espaço de congregação de vontades e de comunhão de afectos.

Tróia, 1991; Ofir, 1994; Fátima, 1997; Lisboa, 1998 (Congresso extraordinário); Lisboa 2000; Lisboa, 2003 e, hoje, o 7º Congresso que estamos aqui a iniciar são exemplos que ilustram bem a vontade, o gosto, a dignidade com que os profissionais de Educação Física, organizados em torno do Movimento Associativo, têm encarado a sua profissão e afirmado a necessidade de, permanentemente, a qualificarem e validarem socialmente.

Muitas problemáticas têm sido objecto de reflexão nos nossos Congressos: da organização e desenvolvimento curricular da Educação Física e do Desporto Escolar à definição de orientações para a implementação de equipamentos e recursos adequados à prática pedagógica; dos modelos de Formação Inicial e Contínua à sistematização das Carreiras Profissionais; da Educação para a Saúde ao Treino dos Jovens Atletas; da Identidade e Ética Profissional ao Associativismo, eis algumas das questões que marcaram, ao longo dos últimos dezoito anos, a agenda das nossas preocupações profissionais, do nosso querer de tornar mais útil e gratificante a nossa intervenção social, no sentido de mais e melhor Educação Física para todos.

Com ajustes de pormenor, foi exactamente com estas palavras que iniciei a minha intervenção de abertura no nosso último Congresso, em 2003.

E porquê esta referência?

Será que nada mudou?

Será que os problemas essenciais que afectam a nossa profissão deixaram de existir?

Será que a realização dos nossos congressos se transformou no cumprimento de um ritual sem significado social e profissional?

Será que o Movimento Associativo de professores de Educação Física esgotou a sua capacidade de fazer convergir expectativas, ideias e vontades de inovação e desenvolvimento da nossa profissão?

Não. Felizmente não.

Alguma coisa se alterou.

Os problemas, essenciais, da nossa intervenção profissional persistem, mas com novos contornos e significado em função de renovados contextos de desenvolvimento que as dinâmicas sociais não deixam de imprimir a cada momento.

O Movimento Associativo, pese embora as enormes dificuldades com que se depara, continua a contribuir de uma forma firme, séria e responsável para o encontrar das melhores soluções para esses problemas.

E, essencialmente, muitos profissionais têm feito da sua acção, nas diferentes áreas de intervenção da nossa especialidade, um verdadeiro exemplo de boas práticas que elevam a qualidade e a dignidade da nossa profissão.

São estas premissas que justificam a realização do 7º Congresso Nacional de Educação Física e que projectam o futuro do Movimento Associativo.

Um futuro capaz de consolidar a nossa história de solidariedade, de união e de dignificação profissional.

Um futuro de inovação e desenvolvimento do nosso projecto profissional.

Um futuro de qualificação da nosso contributo social em todos os espaços em que este se concretiza.

Neste Congresso estarão em debate quatro áreas essenciais da nossa especialidade:

- A Educação
- O Exercício e Saúde
- O Treino Desportivo, e
- A Formação

Em qualquer destas áreas se cruzam novos e velhos problemas.

A Formação em Educação Física é, para nós, um factor fundamental de constituição da comunidade profissional e da sua identidade.

É uma questão central que atravessa transversalmente todas as áreas.

Em relação a esta questão mantêm-se, no essencial, as circunstâncias que fundamentaram a moção aprovada no 5º CNEF, em 2000, nomeadamente, a diversidade da formação nas Universidades e nos Institutos Politécnicos, com graves contradições entre os diversos cursos, graduações e áreas académicas, expressa na multiplicação de modelos, currículos e programas de formação.

Este quadro, há muito instalado, e as recentes orientações da tutela em relação à formação superior graduada e pós-graduada exigem uma acção concertada entre as Instituições de Formação, que tarda em acontecer, e que, com o apoio do Movimento

Associativo, defina uma matriz referencial que estabeleça coerência e unidade na diversidade pondo fim à confusa e contraditória formação que se continua a realizar na área de especialidade da Educação Física e Desporto.

Na área do Treino, especialmente na formação desportiva dos jovens, já que o trabalho com jovens representa sempre, e acima de tudo, educar, é necessário que se afirme como inquestionável e se exija, independentemente do local onde essa acção se exerce, a necessidade de uma formação qualificada para quem orienta e acompanha a formação desportiva, nomeadamente, no que diz respeito à prescrição do exercício e ao enquadramento pedagógico.

Por outro lado, a indefinição na proposta de Lei de Bases da Actividade Física e Desportiva de factores e critérios de desenvolvimento desportivo, para além de não orientar os projectos de acção, impossibilita a avaliação criteriosa dos processos e entidades com responsabilidades nesta área, não favorecendo a sua qualificação e valorização.

No que se refere à área do Exercício e Saúde, cada vez mais relevante pelo número crescente de pessoas que a procura, parece-nos evidente, e a realidade social confirma-o, que a actividade física como factor de Saúde, implica a mobilização dos saberes e da intervenção dos especialistas de Educação Física.

Nesse sentido é urgente passar das palavras aos actos, implementando a regulamentação que define os requisitos académicos e profissionais inerentes ao exercício profissional, as condições de funcionamento destas actividades e a sua fiscalização, de modo a assegurar a sua realização e desenvolvimento com qualidade e benefício para os utentes.

Em relação à Educação Física e ao Desporto Escolar quatro questões continuam a ocupar o essencial das nossas preocupações.

A primeira tem a ver com a Educação Física no 1º Ciclo do EB.

A não existência da disciplina de Educação Física na maioria das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico retira, aos alunos, o direito a um currículo completo impossibilitando que estes usufruam dos benefícios da Educação Física e dos valores individuais e sociais que lhe são inerentes. Este facto é extremamente lesivo para a sua formação integral e repercute-se negativamente no seu percurso escolar futuro. O movimento associativo

dos professores de Educação Física há muito que vem alertando e apresentando soluções aos diferentes governos para este grave problema que até hoje, ainda, não foi resolvido.

As actividades de enriquecimento curricular, agora propostas pelo Ministério da Educação, não podem de maneira alguma substituir a Educação Física como área obrigatória no currículo efectivo de todos os alunos.

A segunda refere-se ao desenvolvimento do Plano Curricular e dos Programas de Educação Física.

Continuam a verificar-se dificuldades em cumprir o Plano curricular e Programas de Educação Física devido a condicionantes organizacionais da escola, nomeadamente, no que refere aos modelos de construção de horários das turmas, que inviabilizam o tempo útil de aula estabelecido em lei e impedem a correcta distribuição da carga horária por três aulas semanais.

Um estudo recente mostra que hoje a maioria das escolas tem duas aulas semanais, muitas vezes em dias seguidos e sem respeito pelo *tempo útil* de aula, incluindo neste tempo a passagem pelos balneários e vestiários, higiene e deslocações entre espaços da escola, prejudicando, deste modo, as aprendizagens dos alunos.

Entendemos que esta realidade inviabiliza as finalidades e objectivos da Educação Física, para os quais nenhuma outra disciplina do conjunto do currículo está vocacionada, nomeadamente, no que se refere à promoção da saúde e de estilos de vida saudáveis, bem como à melhoria da condição física dos jovens alunos. É necessário, para inverter esta situação, que os horários contemplem a realização de 3 aulas semanais de Educação Física, distribuídas ao longo da semana e respeitando os tempos de transição e preparação necessários para que os alunos possam, efectivamente, usufruir das oportunidades de aprendizagem a que têm direito, nas suas aulas.

A terceira questão tem a ver com a Avaliação.

As Normas de Referência para o Sucesso em Educação Física inscritas nos programas nacionais, revistos em 2001 para o 2º, 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário, definem um critério claro de sucesso dos alunos, válido e adaptável a todas as escolas, constituindo-se como referências fundamentais para a construção do processo de avaliação de cada escola e de apuramento de resultados.

Assim, é necessário que as Normas de Referência para o Sucesso em Educação Física sejam entendidas como um factor essencial na organização do processo de ensino e de avaliação dos alunos e, por todos, assumidas como um pressuposto determinante no desenvolvimento e qualificação da Educação Física, nas nossas escolas.

Por último, a questão do Desporto Escolar.

Para nós o Desporto Escolar sempre foi entendido como uma actividade de complemento curricular de excepcional valor educativo.

Por isso e por ser uma actividade específica, facultativa e vocacional temos afirmado e defendido a ideia de *“Educação Física para todos os alunos, Desporto Escolar em todas as escolas”*.

Para a melhoria e aperfeiçoamento do modelo é fundamental, em nosso entender, a plena integração e reconhecimento do Desporto Escolar como componente do projecto educativo da escola. A escola, na sua estrutura e dinâmica, constitui-se como elemento decisivo do desenvolvimento da formação desportiva em benefício da formação das crianças e jovens, das suas aptidões, conhecimentos e atitudes, para além da visibilidade de estritos resultados ou performances.

A integração plena do Desporto Escolar nos projectos educativos das escolas é susceptível de criar melhores condições organizacionais e de funcionamento, dentro de cada escola e agrupamentos/associações de escolas, potenciando as suas possibilidades de realização, devendo o Ministério de Educação assumir uma política de apoio, incentivo, enquadramento e avaliação das dinâmicas de desenvolvimento assumidas e protagonizadas pelas escolas.

Caros Colegas

Este Congresso tem, para nós, um objectivo muito especial, muito profundo.

Mostrar, partilhar e valorizar “Boas Práticas”.

Foi em torno deste importante objectivo que o Congresso se organizou.

E podemos já dizer que esse objectivo foi alcançado.

Para além de cada painel temático incluir a apresentação de duas experiências concretas de intervenção no terreno, temos cerca de 80 apresentações (Comunicações Orais e Posters) que é sem dúvida um numero extraordinário, nunca conseguido em congressos anteriores e que ilustra bem o valor profissional de muitos colegas que por esse país fora trabalham com imensa dedicação, empenho e dignidade.

São estes factos que dão sentido aos nossos Congressos.

São estas condições que permitem que o Movimento Associativo continue vivo e se afirme, cada vez mais, como uma voz colectiva e abrangente, na defesa dos interesses da nossa especialidade.

Para terminar gostava de fazer dois agradecimentos.

O primeiro, a todos os que aceitaram, e com contributos diferenciados, participar neste congresso.

Sem a vossa vontade e o vosso apoio a sua realização não seria possível.

O segundo à Sra. Ministra da Educação.

A sua presença, Sra. Ministra, honra e dignifica o nosso Congresso.

A sua presença significa, para nós, que não é indiferente aos problemas da Educação Física.

A sua presença significa que está atenta às nossas preocupações e que está, como nós, empenhada na resolução dos problemas que afectam a Educação Física e o Desporto Escolar.

Da nossa parte pode esperar disponibilidade e um contributo sério.

Sem abdicarmos das convicções, princípios e razões que ao longo de muitos anos fomos construindo e reforçando estamos prontos a dar, como sempre, a nossa total colaboração para mais e melhor Educação Física para os nossos alunos.

Muito obrigado Sra. Ministra.

Muito obrigado colegas.

Rui Petrucci

Comissão Organizadora